



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Dispõe sobre o trabalho extraordinário nos Gabinetes de Desembargador durante o recesso forense no período compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2022 e 6 de janeiro de 2023.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 11038/2022,

CONSIDERANDO a Resolução nº 101, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe nº 466, de 18 de abril de 2016, que estabelece critérios para o regime de serviço extraordinário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

CONSIDERANDO o objetivo de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, inserido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, que materializa, na prática judiciária, o comando constitucional da duração razoável do processo;

CONSIDERANDO a insuficiência do quantitativo de servidores lotados nos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal, para fazer face à demanda de processos de competência do 2º grau distribuídos ao longo do exercício de 2022, resultando em acúmulo de feitos pendentes de análise e elaboração de votos;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no Processo de Controle Administrativo nº 1352-46.2015.5.90.0000, com efeito vinculante em relação a todos os Tribunais Regionais do Trabalho, nos termos do artigo 111-A, § 2º, II, da Constituição Federal, no sentido de que é possível recompensar o trabalho prestado durante o recesso forense com o pagamento de horas extraordinárias ou a compensação

de folgas em dobro, à opção do servidor, inclusive dos comissionados;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 5º da Resolução nº 101/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, compete ao Presidente do Tribunal autorizar a prestação de serviço extraordinário, bem como sua compensação e remuneração,

RESOLVE:

Art. 1º Os(as) servidores(as) lotados(as) em Gabinetes de Desembargador, na Vice-Presidência e na Presidência ficam autorizados(as) a prestar serviços extraordinários durante o recesso forense, no período compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2022 e 6 de janeiro de 2023.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no caso de inexistência de passivo, ou, uma vez exauridos os recursos pendentes de análise no seu Gabinete de lotação, o(a) servidor(a) poderá prestar serviços extraordinários a Gabinete diverso, respeitado o limite de minutas previsto no parágrafo único do art. 3º desta Portaria.

Art. 2º Os(as) servidores(as) trabalharão na análise e elaboração de minutas de voto em recursos ordinários e agravos de petição pendentes de julgamento.

§ 1º O serviço extraordinário de que trata o *caput* será realizado de segunda a sexta-feira, ao longo do período de recesso forense, nas dependências do Tribunal ou à distância, mediante prévia autorização do(a) gestor(a) da unidade auxiliada.

§2º A jornada de trabalho dos(as) servidores(as) durante o recesso forense, não poderá ultrapassar o limite de 8 (oito) horas diárias.

Art. 3º Cada minuta de voto elaborada terá valor equivalente a 4 (quatro) horas de trabalho.

Parágrafo único. O número de horas de trabalho durante o recesso forense não poderá ultrapassar o limite de 72 (setenta e duas) horas, equivalente a 18 minutas de voto elaboradas por servidor(a).

Art. 4º Os(as) gestores(as) das unidades deverão informar à Diretoria-Geral, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do final do período de recesso forense, a quantidade de minutas concluídas por servidor(a), identificando os números dos respectivos processos e a data de entrega.

Parágrafo único. As informações de que trata o *caput* serão prestadas mediante o preenchimento e envio de relatório, cujo modelo consta do Anexo I desta Portaria.

Art. 5º Fica autorizada a remuneração pelos serviços extraordinários prestados durante o recesso forense aos(às) servidores(as) ocupantes de cargo efetivo, função comissionada e cargo em comissão.

§ 1º As horas extraordinárias trabalhadas serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento), nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução CSJT nº 101/2012.

§ 2º Mediante opção do(a) servidor(a), desde que autorizado pelo(a) gestor(a) de sua unidade de lotação, as horas trabalhadas poderão ser computadas para compensação, observado o interesse do serviço.

Art. 6º A remuneração das horas extras será efetivada na folha de pagamento do mês subsequente à comunicação, desde que observado o prazo do art. 4º.

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pela Presidência do Tribunal.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

DANIEL VIANA JÚNIOR
Desembargador – Presidente
TRT da 18ª Região

